

## **OS REFORMADORES EMPRESARIAIS DA EDUCAÇÃO E A BNCC: repercussões na formação de professores da educação básica**

Michele Borges de Souza  
Escola de Aplicação da UFPA/Brasil  
[michelebs@ufpa.br](mailto:michelebs@ufpa.br)

Marcelo de Jesus Santos  
UFPA/Brasil  
marcelo.pejoteiro@gmail.com

Este ensaio é fruto da pesquisa “A Materialidade da constituição da (Nova) Base Nacional Comum Curricular na Rede Federal de Ensino Básico e os impactos na formação e no trabalho docente”, projeto desenvolvido na Escola de Aplicação da Universidade Federal do Pará – campus Guamá/Belém/Pará/Brasil, no âmbito do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PROPESP) da UFPA.

O artigo enfoca a Base Nacional Comum Curricular (BNCC)<sup>1</sup> e suas repercussões na formação de professores evidenciando a base enquanto política curricular reguladora que possui relações com os reordenamentos do modo de produção capitalista, que fragiliza os processos formativos e as práticas pedagógicas. Como procedimento metodológico empreendeu-se a sistematização e análise documental em fontes primárias e secundárias – tais como: documentos oficiais produzidos pelo Ministério da Educação e a literatura científica relacionada ao tema.

Apontamos duas perguntas que suscitou tal ensaio: De que forma os organismos internacionais juntamente com as frações burguesas locais, representadas pelos reformadores empresariais tem interferido na definição das políticas de formação de professores? Quais os possíveis impactos dessa relação na formação de professores?

O estudo tem como objetivo geral analisar a relação da BNCC e o papel que os organismos internacionais que em articulação com as frações burguesas locais, representadas pelos reformadores empresarias vem traçando uma nova política para a formação e para o currículo a educação básica e como vem impactando no campo da

---

<sup>1</sup> A Base Nacional Comum Curricular faz parte do conjunto de políticas apoiadas pelos grandes Organismos Multilaterais e de legislações nacionais, como a Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996) e do Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024 (BRASIL, 2014). As discussões para sua formulação iniciam durante o Governo Dilma Rousseff (2011-2016), em 2015, quando o Ministério da Educação (MEC) sanciona a Portaria nº 592, de 17 de junho de 2015 (BRASIL, 2015).

formação de professores, considerando as especificidades, suas complexidades e diversidades de sujeitos.

Neste estudo, a formação de professores é ancorada dentro de uma compreensão sócio-histórica da educação, um norte importante para uma política orgânica e consistente de formação professores. A Educação Básica tem sido um dos focos principais das políticas educacionais para o cumprimento da agenda do capital na sociedade contemporânea. Os organismos internacionais, no uso de suas atribuições e mediações para o fortalecimento do sistema do capital mundialmente, perpetuam suas propostas salvacionista para a educação revestida por uma *pedagogia do capital* (EVANGELISTA; LEHER, 2012) para a sustentação do seu projeto.

Para Costa, Souza e Cabral (2018) há uma epistemologia do capital no campo das políticas de formação docente conduzida pelos Organismos Multilaterais (OM) que orientam ações com o objetivo de controlar o trabalho docente, cercear a autonomia docente, mediante modos de regulação, tais como pode ser observadas a partir da aprovação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) em 2017.

A aprovação da base impôs mudanças profundas na organização e no currículo da Educação Básica com previsíveis consequências como o alinhamento da formação docente com a Base que suscitaram na aprovação do Parecer CNE/CP nº 22/2019 e da Resolução CNE/CP nº 2/2019 que estabeleceu as diretrizes curriculares nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e instituiu a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação), respectivamente. Além do Parecer CNE/CP nº 14/2020 e Resolução CNE/CP nº 1/2020 que aprovou as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica e designou a Base Nacional Comum para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica (BNC-Formação Continuada). Normativas que promovem processos formativos excludentes e individualizantes.

A BNCC segue na linha de políticas que não valorizam o professor, mas sim gerencia. Agregam-se ainda os mecanismos de controle do trabalho, padronização e homogeneização dos sistemas de ensino na perspectiva de um modelo de ensino aligeirado, superficial e acrítico, que tentam justificar que o processo de aferição e certificação pode definir a qualidade da educação. Essa é umas das narrativas

reformistas que determina a educação escolar responsável pelo crescimento econômico, porém não só omite as contradições do capital, tirando-as de evidência, como busca usá-la como ferramenta para a reprodução cada vez mais ampliada desse capital com o objetivo de aumentar ainda mais os índices de desigualdade de renda, pois é nesse arranjo social que obtém mais lucro.

A estratégia da reforma empresarial da educação, dentro da concepção da lógica neoliberal, é centrada na “empresa” como modelo social, que segundo Freitas (2018, p.41) operam:

[...] em redes difusas de influência, construindo alianças mais amplas com acadêmicos, grandes empresários, rentistas e suas fundações, políticos no interior de instâncias legislativas e do governo, institutos, centros e organizações sociais, indústria educacional e a mídia, imersos no tecido social, construindo a legitimação de sua concepção de sociedade e de educação.

No Brasil, constariam diferentes Organizações Não-Governamentais (ONGs), como, por exemplo, Todos pela Educação (TPE)<sup>2</sup>, criado em 2006, e alguns Organismos Internacionais como o Banco Mundial (BM), o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), entre outros, que firmaram parcerias, marcando assim a presença da burguesia local/interna na mesa de negociação internacional. De acordo com Martins (2016) o movimento Todos pela Educação apresentou, nos últimos anos, forte papel para inserir a agenda educacional brasileira em uma agenda global.

Essa espécie de aliança contribui para que o grande capital possa interferir na elaboração de políticas públicas no campo da educação – como, por exemplo, na definição de currículos para a Educação Básica, com foco no ensino-aprendizagem e o conseqüente desempenho escolar, na formulação dos processos formativos dos professores e da avaliação interna, externa e em larga escala e seus respectivos resultados, na avaliação docente, consolidando uma padronização da educação.

Dessa forma, o TPE é um dos diversos e principais programas de reformadores empresariais que compõem o Movimento Pela Base Nacional Comum (MBNC), onde o professor não tem assento. Os reformadores da educação visam:

[...] por um lado, garantir o domínio de competências e habilidades básicas necessárias para a atividade econômica revolucionada pelas

---

<sup>2</sup> Grupo Itaú, o Gerdau, o Pão de Açúcar, Organizações Globo, além de institutos e fundações ligadas ao mundo empresarial, como o Instituto Ayrton Senna, o Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (GIFE), a Fundação Roberto Marinho, o Instituto Ethos e o Grupo Abril.

novas tecnologias e processos de trabalho (Revolução 4.0) e, por outro, garantir que tal iniciativa se contenha dentro da sua visão de mundo que se traduz em um *status quo* modernizado (FREITAS, 2018, p.60).

Concluindo, a BNCC é criada com o *slogan* desenvolver as habilidades e as competências dos alunos e melhorar os resultados da educação básica, porém o interesse subjaz é modelar o trabalho docente, aprofundar o processo mercadológico da educação, flexibilizar a mão de obra e gerar mais lucro, ampliando a desigualdade social altamente compatível com os interesses da burguesia. Neste contexto, o capital se perpetua sobre a educação impondo sua lógica formativa, explorando este setor com auxílio dos reformadores empresariais sendo estes o “interlocutor privilegiado dos órgãos governamentais” (MARTINS; KRAWCZYK, 2018, p.5).

Conforme Caetano (2020, p. 36), tal reforma, redefiniu o campo da formação de professores, num viés gerencialista, que modifica “as condições de trabalho dos professores e suas responsabilidades, bem como a maneira pela qual o Estado e a sociedade avaliam seu desempenho”. Para Evangelista (2009) a reforma na formação implica a “reconversão docente”, enquanto importante estratégia de reprodução do consenso, no atual cenário da reestruturação produtiva e de imposição reformistas por organismos multilaterais, é “entendida como a capacidade dos professores de incorporarem o novo conceito de educação” (p.8) e aderir às mudanças na formação inicial e continuada, na gestão do trabalho docente e no sistema de ensino.

## REFERÊNCIAS

- CAETANO, Maria Raquel. As reformas educativas globais e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). **Textura - Revista de Educação e Letras**. v. 22 n. 50, abr/jun 2020.
- COSTA, Maria da Conceição dos Santos Costa; FARIAS, Maria Celeste Gomes de; SOUZA, Michele Borges de. A Base nacional comum curricular (BNCC) e a formação de professores no Brasil: retrocessos, precarização do trabalho e desintelectualização docente. **Movimento-Revista de Educação**, Niterói, ano 6, n.10, p. 65-90, jan./jun. 2019. Acesso em 20 de Janeiro 2020.
- EVANGELISTA, Olinda. Rede Kipus e reconversão docente na América Latina e Caribe. In: **Quarto Seminário Nacional Estado e Políticas Sociais**, 2009, Cascavel PR. Quarto Seminário Nacional Estado e Políticas Sociais. Cascavel, PR: UNIOESTE, 2009.
- EVANGELISTA, Olinda; LEHER, Roberto. Todos pela Educação e o episódio Costin no MEC: A pedagogia do capital em ação na política educacional brasileira. **Trabalho Necessário**, Ano 10, n. 15, 2012. Disponível: em: <[www.uff.br/trabalhonecessario](http://www.uff.br/trabalhonecessario)>. Acesso em: 08 de jun. 2017.

FREITAS, Luis Carlos de. **A reforma empresarial da educação**: nova direita, velhas ideias. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

MARTINS, E. M. **Todos pela Educação?** Como os empresários estão determinando a política educacional brasileira. Rio de Janeiro: Lamparina, 2016.

MARTINS, E. M.; KRAWCZYK, N. R. Estratégias e incidência empresarial na atual política educacional brasileira: O caso do movimento 'Todos Pela Educação'. **Revista Portuguesa de Educação**, [S. l.], v. 31, n. 1, p. 4–20, 2018. Disponível em: <https://revistas.rcaap.pt/rpe/article/view/12674>. Acesso em: 15 nov. 2022.